

PUBLICAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputados:

JOSÉ FERRAZ – Presidente
ELMIRO NASCIMENTO – 1º-Vice-Presidente
JOSÉ MILITÃO – 2º-Vice-Presidente
RÊMOLLO ALOISE – 3º-Vice-Presidente
ELMO BRAZ – 1º-Secretário
ROBERTO DE CARVALHO – 2º-Secretário
BENÉ GUEDES – 3º-Secretário
SEBASTIÃO HELVÉCIO – 4º-Secretário
AMÍLCAR PADOVANI – 5º-Secretário

SECRETARIA

Dalmir de Jesus – Diretor-Geral
Paulo R. Navarro Vieira – Secretário-Geral

REVISTA DO LEGISLATIVO

CONSELHO EDITORIAL

Sílvia Rubião Resende
Flávio Friche
Luiz Antônio Ribeiro de Freitas
Maria das Dores Abreu Amorim
Agda Maria Pimentel
Myriam Costa de Oliveira

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Sílvia Rubião Resende – Reg.: 4.155 MG

SECRETÁRIO DE EDIÇÃO:

Ramiro Batista

PROJETO GRÁFICO/FORMATAÇÃO

Antônio de Faria Júnior

EQUIPE TÉCNICA:

Área de Comunicação Social:

Francisco de Moraes Mendes
Patrícia Duarte
Jorge Pôssa Filho

Área de Consultoria e Pesquisa:

Valéria Ferreira de Paula
Lúcia Maria Alvim
Odilon Vargas Toledo
Maria de Lourdes Capanema

PUBLICAÇÃO DAS GERÊNCIAS GERAIS DE
COMUNICAÇÃO E DE CONSULTORIA E PESQUI-
SA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Rua Rodrigues Caldas, 30 – sala 7
Telefones: 349-7549 – 349-7189
CEP: 30190-921

A Revista do Legislativo é uma publicação tri-
mestral, sendo distribuída gratuitamente para
bibliotecas, Assembléias Legislativas, faculda-
des, órgãos públicos estaduais e federais e
entidades de classe.

Impressão/acabamento: GRT/DSG

COM OU SEM REVISÃO, a Constituição Brasileira precisa passar por mudanças, sejam de forma, para eliminar ambigüidades e contradições, sejam de conteúdo, para desatar alguns nós da vida política, econômica e social do país. Foi com este espírito que a Assembléia Legislativa promoveu a série de sete Ciclos de Debates, destinados a colher subsídios a serem oferecidos ao Congresso Nacional e servirem à adaptação da Carta Estadual, prevista para depois da revisão do texto federal.

O PRODUTO dessas discussões, respaldado na legitimidade de autoridades, lideranças políticas e correntes de opinião envolvidas, é tratado nesta edição da **REVISTA DO LEGISLATIVO** com o mesmo espírito que permeou todos os encontros: discutir mudanças que são urgentes.

O TEMA é tratado numa matéria que faz um balanço dessas discussões, dois artigos produzidos por técnicos da Casa sobre as propostas levantadas, um estudo do jurista Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza sobre a Constituição Portuguesa – que prevê revisões regulares – e entrevistas com um político e dois juristas, para tentar clarear algumas teses sobre a legitimidade e a oportunidade da revisão.

SEGUE-SE A REPRODUÇÃO da palestra realizada na Assembléia pelo cientista político e professor titular da Universidade de Harvard, Roberto Mangabeira Unger, sobre a conjuntura nacional, colocada aqui como uma reflexão mais que necessária sobre o cenário em que está se dando a revisão. Um cenário que, entre outras questões estruturais, tem o grave problema de déficit de moradias, tema de Seminário Legislativo também promovido pela Casa, no final de agosto, cujas discussões e propostas estão contidas em matéria suplementar, nesta edição.

DA ESTATURA de outros grandes momentos políticos dos últimos anos – a eleição de um presidente civil, a promulgação da nova Constituição, a eleição direta para presidente e o plebiscito –, a revisão vem sendo vítima do mesmo tipo de equívoco que contaminou esses outros acontecimentos. O de se colocar a mudança de leis e de eventuais trocas de sujeitos históricos como espécies de panacéia para resolver em curto prazo problemas estruturais centenários.

AO DISCUTIR os limites e possibilidades da revisão e as propostas que estão colocadas, nem a Assembléia e nem a **REVISTA DO LEGISLATIVO** desejam que as coisas sejam vistas dessa maneira. Querem, antes, contribuir para o entendimento de que é o exercício pleno e constante da cidadania que vai aos poucos removendo os grandes entraves que séculos de problemas estruturais colocaram à nossa frente.